

DISCURSO EM HOMENAGEM AOS MINISTROS APOSENTADOS NILSON VITAL NAVES, FERNANDO GONÇALVES E ALDIR PASSARINHO JUNIOR¹

Nilson Vital Naves

Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Em solenidades que tais, melhor seria que o homenageado não falasse, salvo, ao cabo, quem sabe, que apresentasse agradecimentos e dissesse da honra de servir, no Tribunal, à causa da Justiça.

Pediram-me, no entanto, algumas palavras. Sabem que foi pela antiguidade, pelos meus vinte e um anos e alguns dias de Superior Tribunal.

Tenho então uma palavra de recordação e/ou um depoimento e tenho uma revelação e tenho um agradecimento. Serão, portanto, três palavras, em tom coloquial: pura conversação entre amigos. Eu não vim fazer um discurso. O que queremos é que compartilhem, amigos, da nossa alegria e felicidade nesta homenagem, que é um ato de bondade. Ou a consoladora revelação de que o nosso intento não foi inutilmente

➤ Senhor Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Felix Fischer.

➤ Senhor Vice-Presidente, Ministro Gilson Dipp, que, na minha presidência do Tribunal, dirigiu comissões por mim criadas, entre elas a emblemática “Comissão sobre os crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores”.

➤ Senhor Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Arnaldo Esteves Lima: foi ato de sua bondade e sua elegância que tornou mais alegre ainda este final de tarde inteligente, e do mês de novembro

➤ Senhores Ministros

➤ Ministros Aposentados

➤ Ministros de ontem, de hoje e de sempre

➤ Senhora Maria Augusta Sant’Ana Gonçalves

¹ Discurso proferido no Superior Tribunal de Justiça no dia seis de novembro de dois mil e treze.

- Senhora Lúcia Eugênia Velloso Passarinho
- Magistrados, membros do Ministério Público, advogados
- Servidores do Tribunal
- Senhoras e Senhores
- Amigos, amigos, amigos
- Enfim, todos amigos.
- Somos-lhes mui gratos.

A RECORDAÇÃO / POR QUE O DEPOIMENTO / PORQUE ESTA É, ANTES, UMA HOMENAGEM DEVOTADA AO PRÓPRIO SUPERIOR TRIBUNAL; CONSEQUENTEMENTE, À MAGISTRATURA BRASILEIRA – FERNANDO GONÇALVES FOI MAGISTRADO DURANTE 39 ANOS.

Se penso que tenho algo para falar sobre o antes, o durante e depois da Assembleia Nacional Constituinte, cujos passos acompanhei, passo a passo, tanto por pertencer à comissão quanto por enorme interesse intelectual, o que eu quero mesmo é recordar aquela reflexão inicial, o momento em que surgia a ideia – fatos e personagens que fizeram a diferença. E em pouquíssimas palavras, é claro. A cerimônia em homenagem não me permite estender-me. Nem a carinhosa paciência dos amigos.

Observem, amigos, que momento elegante este que estamos aqui vivenciando.

Pois neste momento elegante, mágico e inteligente, haveria mesmo eu de recordar outro momento também elegante, mágico e tão inteligente, e qual, aquela manhã chuvosa do mês de novembro de 1987, quando, lá no Congresso, os constituintes diziam a nós...

a nós quem..., a nós, dois ou três ou quatro ministros do Tribunal Federal de Recursos diziam o seguinte:

a nossa proposta não é a dos Senhores; não é, porque vamos criar um tribunal denominado Superior Tribunal de Justiça.

Foi aí a primeira notícia ouvida por nós. Era ainda reflexão. Ainda era ideia. Quase no papel senão já no papel: havia bom caminho a percorrer. Mas era o primeiro anúncio.

Que profunda ideia! Que significativo pensamento!

Por que a recordação? Por que o depoimento?

Sabem todos os aqui presentes, aliás, penso que sabemos todos, saibam que a proposta do Federal de Recursos, vencidas lá algumas vozes, era a de um tribunal que, simplesmente, uniformizasse a jurisprudência dos tribunais regionais... Era essa a proposta, com a conversão do Federal de Recursos nesse novo tribunal, de dezoito membros.

Era também a proposta do Supremo, com alguns acréscimos.

Enfim, era o modelo da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho: juízes, tribunais regionais e um tribunal denominado “superior”.

Falavam de uma corte de cassação (em termos de competência, poderes, organização), talvez nas águas de Alfredo Buzaid. Foi quem primeiro escreveu – era necessário, assim, um novo tribunal, que viesse para desafogar ou desembaraçar o Supremo Tribunal.

É eloquente a aula inaugural de Buzaid (A crise do Supremo Tribunal Federal), ano 1960, em São Paulo, que li, tempos depois, como estudante, na nossa, caro amigo Fernando Gonçalves, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas, por indicação de Raul Machado Horta, nosso excelente professor de Direito Constitucional.

Isso nos anos sessenta.

À frente, entres os anos setenta e oitenta, Miguel Reale, Aliomar Baleeiro e outros defendiam a criação de tal tribunal, diante da já tão conhecida, àquela época, crise do recurso extraordinário. Há papéis de uma mesa redonda da Fundação Getúlio Vargas, presidida por Themístocles Cavalcanti, com a presença de vários juristas.

Foi aí, naquela manhã chuvosa do mês de novembro, que então perguntamos aos constituintes ali presentes, da Comissão de Organização dos Três Poderes, sob a presidência de Oscar Corrêa, que perguntamos – e o Supremo?

O Supremo, disse a nós Egídio Ferreira Lima, relator da Comissão, será corte constitucional, modelo europeu.

Vejam: corte de cassação e corte constitucional – modelo europeu. Não é que então estaríamos nos afastando do modelo americano, adotado pela nossa Constituição de 1891.

Nem uma coisa nem outra: os constituintes abandonaram a corte de cassação; isto é, em termos de formação e competência, de estrutura e de organização.

Mas o Superior Tribunal de Justiça foi criado. Que magistral reflexão! Inda bem que não tenha sido criado como cassação, mas, sobretudo, como tribunal de revisão: julga a causa, aplicando o direito à espécie – é o que está escrito em diversos lugares e em várias oportunidades. Isso lhe deu mais emoção, som e fúria, grandessíssima posição, eminente judicatura, enfim, mais poder e mais autoridade. A autoridade dos prudentes.

Que bem-aventurada concepção!

Mas não foi fácil

Havia os prós, sim e sim, mas havia os contras, e como...

Quantas reuniões / inúmeros cafés matinais / tantas e tantas audiências / emendas / emendas.

Não é que, quando já plantada a proposta, surgia a ideia da ida ao Supremo em caso de relevância da questão federal. E a ideia ia ganhando fôlego. Ora, seria a derrocada do sistema, porque, obviamente, tiraria do Superior a última palavra sobre a lei federal.

Foi aí que mais contamos, aliás, já vínhamos contando, com constituintes como Konder Reis e José Fogaça, relatores adjuntos, e Michel Temer, Nelson Jobim, Sigmaringa Seixas, José Jorge, Egídio Ferreira Lima, Sílvio Abreu, Oscar Corrêa. Com Bernardo Cabral, sim e sim, lá na Comissão de Sistematização.

Mas hoje nós aqui viemos mesmo foi para recordar aquela manhã chuvosa... a primeira notícia, o primeiro momento... momento elegante e mágico e inteligente.

Observem quão relevante o Judiciário

Já por si a história do mundo registra grandes momentos constituintes em torno decerto do Judiciário, por exemplo,

1) em 1787, a Convenção de Filadélfia, estando em curso a revolução americana, instituía a Suprema Corte; logo após, deram-lhe o poder final de interpretação, entre outras, as vozes de Hamilton e Marschal. Corte de duzentos e tantos anos...

2) em 1790, durante a revolução francesa, era criada a Corte de Cassação – Il y a, pour toute la République, une Cour de Cassation (rendrela justice). Quando da comemoração dos seus 200 anos, lá já comparecia o Superior Tribunal, sentando-se à mesa com Cortes centenárias.

3) em 1920, quando da reconstrução democrática da Áustria, deveu-se a Kelsen a inovação historicamente mais significativa, qual, a criação de uma corte para o controle da legalidade das leis ordinárias. Kelsen, que escreveu e escreveu, criou até uma teoria..., frequentemente celebrava a sua contribuição como um dos seus grandes momentos intelectuais.

4) entre nós, a Constituição de 1891 deu espírito e corpo ao Supremo Tribunal Federal, e nos deu a oportunidade de ouvirmos e lermos o excelso Ruy, por exemplo, durante aquele *habeas corpus* de 1892, “deste recinto, povoado de temores sagrados e esperanças sublimes...”, “Eu instituo este tribunal venerando, ... guarda vigilante desta terra...”, e ali Ruy anunciava aos quatro ventos os sons e a fúria do que conheceríamos como a doutrina brasileira do *habeas corpus*, também pelas vozes, lá no Supremo, de Pedro Lessa, Enéas Galvão, e tantos outros de idêntica envergadura.

Que momentos inteligentes! Que preciosos testemunhos! Que história magistral! Que momentos mágicos e elegantes!

Que realidade, hoje, o Superior Tribunal, já de vinte e cinco anos.

Um dia, por certo, lá na frente, lá na frente, não tanto lá, alguém que vive e respira história irá contar com brilho a profunda e poderosa história do Superior Tribunal de Justiça: a verdade nua e pura da inteligência e da cultura, da alegria e da felicidade, do bom humor e da disposição, do poder e da autoridade (autoridade dos prudentes), de tudo enfim que nos faz gostar ainda mais da vida.

Aquela manhã chuvosa do mês de novembro: a primeira notícia; ouvíamos ali pela vez primeira que o Superior Tribunal de Justiça seria criado.

Por que então a recordação / por que então o depoimento?

CONSOLADORA REVELAÇÃO / SEGUNDA PALAVRA / POIS ESTA É UMA HOMENAGEM TAMBÉM RENDIDA À ALEGRIA E À FELICIDADE E À BONDAD E À POESIA E À LIBERDADE

Por quê? Porque é a consoladora revelação de que nosso intento não foi em vão.

Amigos, querem os poetas que a alegria, a felicidade, a poesia, enfim, que o amor governe o mundo. Haja vista, tão ao gosto do nosso Machado, a ode à alegria, de Schiller, com a qual, magnificamente, Beethoven encerra a sua magnífica 9ª Sinfonia.

Em seu discurso para o Prêmio Nobel, recordou-nos Garcia Marquez: a poesia é a única prova concreta da existência do homem.

Da mesma forma a liberdade: o mais precioso bem que os céus deram aos homens.

Amigos, querem outros pensadores uma resposta para essa pergunta: o que estamos fazendo aqui na Terra / não parece estranha a nossa situação aqui na Terra / chegamos para uma breve visita, sem saber por quê. Feita a pergunta, Einstein, por exemplo, vai e vai e vai e termina dessa maneira: Do ponto de vista da vida cotidiana, porém, existe uma coisa que sabemos de fato: que estamos aqui pelo bem dos outros.

Pelo bem dos outros: pela alegria e pela felicidade e pela bondade.

Nosso plano não foi embalde.

Pois não é, amigos, queremos crer, queremos crer, nós, os homenageados desta tarde - notem que bela tarde e do mês de novembro -, queremos crer que esta é uma homenagem também rendida à alegria e à felicidade e à bondade, pois não é, amigos, confessamos sem falsas modéstias, que nos dedicamos ao Superior Tribunal de Justiça, por tantos e tantos anos (Fernando Gonçalves, 14 anos, Aldir Passarinho Júnior, 13 anos, eu, 21 anos), com alegria, com felicidade, enfim, poeticamente – a poesia e a

liberdade não são as únicas provas concretas da existência do homem? –, dedicamo-nos ao Tribunal, queremos crer, amigos, dia a dia, dia após dia, sem mais tardar, sem cessar, sem descanso, naquele delírio sem remédio que é o ofício judicante, e enquanto aqui estivemos estivemos pelo bem dos outros (pelo bem dos outros), pela alegria e pela felicidade, embora, sabemos todos, o direito lide tanto com as chamadas sanções negativas: se é A, deve ser B, na tão comentada expressão kelsiana.

Às vezes o direito responde com um mal; por exemplo, responde assim a uma ação socialmente indesejável.

É um ordenamento coativo – dizem os positivistas –, que se vale das sanções negativas para controlar os nossos comportamentos de fazer e não fazer.

Se bem que o direito seja necessário à ordem ou à paz social, nele bem desponta a função repressiva.

Sim. Sim.

Se ninguém é dono da Verdade, buscamos, no entanto, quando elas se nos apresentavam, dar às sanções negativas a nossa verdade: corrigir-lhes os defeitos, suavizá-las em sua agressividade. Quem sabe dar às pessoas a justiça que o legislador lhes negou. Não afligir tanto o já tão aflito. Nem sempre a lei é justa. Pode ser válida sem ser justa. Observem a orientação de Dorotéia ao seu senhor: “Tu vassala soy, pero no tu esclava”. No juiz, escreveu Mário Guimarães, “o fazer justiça é o alvo, a tarefa, a missão, o sacerdócio”. Isso é até bíblico.

Nesse delírio sem remédio que foi para nós e é para os Senhores o ofício judicante (Garcia), buscamos, nos tantos e tantos saudosos anos em que aqui estivemos, buscamos, neste recinto povoado de temores sagrados e esperanças sublimes (Ruy), buscamos, talvez sem mais nem mais, mas empurrados por valores sublimes, “tu vassala soy, pero no tu esclava”, buscamos aqui, ali e acolá abrandar os rigores da rigorosa função repressiva (da sanção negativa)– se é A nem sempre deve ser B (perdoe-nos o impecável estruturalista Kelsen) –, por isso e mais aquilo queremos crer, amigos,...

Queremos crer, amigos... queremos crer

Observem! Em duas ou três palavras, tais o tempo e o espaço que cerimônia em homenagem me permite. Pediram-me algumas palavras e lá já se vão tantas. E eu não vim fazer um discurso...

Observem! Naquele delírio sem remédio, observem...

Fernando e Aldir, as mais das vezes, viam-se às voltas e às turras com aqueles valores éticos do direito privado, como boa-fé, equidade e probidade, ou com aqueles princípios orientadores do Cód. Civil, como socialidade, eticidade e operabilidade (Reale), ou com aqueles pilares do direito privado, como obrigações, coisas, família e sucessões, vai aí que Fernando, num bom exemplo, opôs ao direito de propriedade a dignidade da pessoa humana, e lá então indeferia o pedido de intervenção federal, e vem agora o bom amigo Benedito Gonçalves e diz que Fernando, de tom de voz franco e inalterável, não foge à tradição de outros notáveis mineiros, e, noutro bom exemplo, Aldir provendo recurso do consumidor em razão de fato superveniente ao contrato, qual, o aumento repentino e substancialmente elevado do dólar, e vem agora o bom amigo Gilson Dipp e diz que Aldir converteu-se no mais legítimo juiz togado pela facilidade e leveza de seus julgados.

E lá eu também, naquele delírio sem remédio, às voltas e às turras com os espíritos esquivos da liberdade, havendo, ora pois, de prevalecer, sempre, a liberdade quando em conflito com a segurança, ou a dúvida havendo sempre e sempre de favorecer unicamente o réu, jamais a sociedade, e ainda me vinha e me vem sempre atormentar a cabeça aquele famoso diálogo:

“... a liberdade, Sancho, é um dos mais preciosos bens que os céus deram aos homens... pela liberdade, assim como pela honra, se pode e se deve aventurar a vida”

“Tu vassala soy, pero no tu esclava”

Apesar dos muitos infortúnios de D. Quixote, o sentimento final que o profundo e poderoso livro de Cervantes nos passa é de alegria e felicidade e bondade.

É um resumo de vida. Contam que se o mundo acabasse e no Além nos perguntassem: “Então, o que você aprendeu da vida”, poderíamos simplesmente mostrar o D. Quixote e dizer: “Esta é a minha conclusão sobre a vida. E você? O que me diz” (Dostoiévski).

E esta é uma homenagem rendida também à alegria e à felicidade e à bondade.

E aqui na Terra estamos pelo bem dos outros: pelo bem, pela alegria e pela felicidade.

Se pode e se deve aventurar a vida.

Não é que ainda às vezes nos sentimos aventureiros.

Às vezes ainda nos vemos lutando contra aqueles mesmos moinhos de vento.

Eis a conclusão sobre a vida.

Consoladora revelação.

Queremos mesmo crer, amigos, que, naquele delírio sem remédio, buscamos nós, os homenageados desta tarde de novembro, a melhor maneira de dar a cada um o que é seu, buscando ainda sanar as imperfeições das sanções negativas, apesar de nossas pessoais contradições e contrastes: um homem, escreveu alguém, “é muitos homens”.

O que dispusemos fazer e o que aqui fizemos não foi em vão: consoladora revelação.

Se aqui hoje viemos, amigos, para comemorar a alegria, a felicidade, a bondade, a poesia, a liberdade, viemos mesmo foi para recordar aquela manhã chuvosa do mês de novembro de 1987: a primeira notícia e o primeiro anúncio.

Que poderosa ideia! Hoje, que realidade de grande saber: de vinte e cinco anos. De grande inteligência – e a tarefa da inteligência é tirar o valor das coisas da obscuridade para a luz (SanTiago Dantas)

Um dia, por certo, alguém melhor do que nós contará a história inteira do Superior Tribunal de Justiça: uma história honrosa e um testemunho precioso.

TERCEIRA PALAVRA / AGRADECIMENTOS

Acreditamos, amigos, nós, Fernando Gonçalves, Aldir Passarinho Junior e Nilson Naves, acreditamos que a homenagem que estamos recebendo, com toda humildade, é a revelação de que o que aqui nos dispusemos fazer e o que aqui fizemos não foi em vão.

Agradecemos, amigos, e muito, agradecemos por este momento elegante, mágico e inteligente – repleto de glamour. Momento de homenagem. Ficará conosco hoje, amanhã e para sempre, não é Cecília e Davi, não é Maria Luíza, Caio e Manoela?

Momento que, se oferecido a valores éticos e sublimes, também é oferecido àquela profunda e poderosa e mágica ideia daquela manhã chuvosa, que aqui e agora como elegante realidade estivemos a invocar sem conta e sem descanso. Lá já se vão vinte e cinco anos.

Momento mágico.

Agradece a Sra. Maria Augusta, esposa do Fernando Gonçalves, e agradecem Fernando Augusto e Michelly Bonfim e Sílvia Amélia e Iran Machado, e, sim e sim, os netos Maria Luíza, Caio e Manoela.

Momento elegante.

Agradece a Sra. Lúcia Eugênia, esposa do Aldir Passarinho Junior, e agradecem Clarissa e Nathalia. E os pais Aldir e Iesis, nossos bons amigos.

Momento inteligente.

Agradecem Guilherme e Ana Flávia, Pedro Henrique e Fernanda e, sim e sim, Davi e Maria Cecília, somos amigos...

Jacyra e Maria Helena e Vânia e Maria Filomena, em memória de Adélia.

Gratos somos ao amigo e colega Arnaldo Esteves Lima – orador desta elegantíssima tarde de quarta-feira, e do mês de novembro. Se humildemente, nós, os homenageados, agradecemos-lhe tão cativantes e alucinantes palavras - tamanha bondade!, dizer o que dos agradecimentos das esposas, filhos e filhas, genros e noras, e netos. Sem palavras, não?

Foi a sua bondade, amigo e colega Arnaldo – não é que aqui estamos pelo bem dos outros – foi a sua bondade a autora do sem-número de expressões a nosso respeito. Sabemos lá se delas somos credores. Ficamos, uma vez mais, com a sensação do dever cumprido: com a honra de servir, neste recinto povoado de temores sagrados e esperanças sublimes, à causa da Justiça.

Agradecemos aos bons amigos e colegas João Otávio de Noronha, Benedito Gonçalves e Gilson Dipp por nos haverem distinguidos com o prefácio para as Coletâneas, ali povoando inda mais nossas mentes com situações que beiram a fronteira entre sonho e realidade, e nos recordando a nós o tempo e o espaço idos e vividos nas salas dos tribunais.

Senhor Presidente Felix Fischer, com os nossos redobrados agradecimentos.

Consoladora revelação.

Agradecemos a tantos e tantos servidores, que prestimosamente nos serviram durante anos e anos, agradecemos nas pessoas dos servidores Antônio Sampaio Rocha, Palmira Cândida Faria Santiago e Maria Aparecida Caixeta de Bezerra.

Permitam-nos, simbolicamente, um brinde à vida eterna do Superior Tribunal de Justiça, e outro à saúde dos seus ministros, de ontem, de hoje, de sempre.

E aquela manhã chuvosa do mês de novembro de 1987... Foram anos alegres e felizes e bondosos. Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena. Quantas saudades desse delírio sem remédio. Quantas saudades... E a nossa saudade assemelha-se à dor do poeta fingidor, de Fernando Pessoa: “Finge tão completamente / Que chega a fingir que é dor / A dor que deveras sente”.

VIVA A VIDA!